



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

CÂMARA MUNICIPAL

**N.º 20**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA**

**EM 15 DE SETEMBRO DE 2021**

# ÍNDICE

<b>PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA</b> .....	<b>3</b>
<b>ORDEM DO DIA</b> .....	<b>13</b>
<b>1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA</b> .....	<b>13</b>
<b>2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES</b> .....	<b>13</b>
<b>3. APROVAÇÃO DE ATAS</b>	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DE JUNHO DE 2021 .....	14
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE JUNHO DE 2021 .....	14
<b>4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:</b>	
<b>4.1 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTARES PARA OS REFEITÓRIOS ESCOLARES DURANTE O ANO DE 2022” – PROC.º N.º 946/21/CP:</b> .....	<b>14</b>
– INÍCIO DO PROCEDIMENTO (AUTORIZAÇÃO DE DESPESA /DECISÃO DE CONTRATAR).....	14
– ESCOLHA DO PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS (PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS/PROJETO DE EXECUÇÃO).....	14
– DESIGNAÇÃO DO JÚRI.....	14
– NOMEAÇÃO DO GESTOR DE CONTRATO.....	14
– APROVAÇÃO DO ANÚNCIO DO PROCEDIMENTO .....	14
<b>4.2 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTARES PARA OS REFEITÓRIOS ESCOLARES DURANTE O ANO DE 2022” – ENCARGOS PLURIANUAIS - CORREÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>4.3 ATRIBUIÇÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR</b> .....	<b>17</b>
<b>4.4 ATRIBUIÇÃO DE APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DO PCMIC</b> .....	<b>18</b>
<b>4.5 PROJETO “MICRONINHO JOVEM EMPREENDE – INCUBADORA E OFICINA SOCIAL” – PARCERIA COM O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE</b> .....	<b>19</b>
<b>4.6 AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CAUÇÃO NO ÂMBITO DO PROCESSO DE OBRAS DE LOTEAMENTO N.º LU.172018 – ALVARÁ N.º 1/2019</b> .....	<b>22</b>
<b>5. APOIOS FINANCEIROS</b> .....	<b>24</b>
<b>6. INFORMAÇÕES</b> .....	<b>25</b>
<b>PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE</b> .....	<b>25</b>
<b>ENCERRAMENTO</b> .....	<b>31</b>

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta vila de Alcochete e na Biblioteca Municipal de Alcochete, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Jorge Manuel Pereira Giro, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Aberto o Período de Antes do Período da Ordem do Dia, o senhor presidente informou que esta será a última reunião do presente mandato.

Primeiramente, apresentou as seguintes Notas de Pesar:

- Pelo falecimento do trabalhador da Câmara Municipal de Alcochete, José Francisco Maduro Pinto (Zeca)

«Foi com profundo pesar que, no passado dia 9 de setembro, recebemos a notícia do falecimento do nosso trabalhador e colega, José Francisco Maduro Pinto, para todos nós e para com quem ele teve o privilégio de privar, o nosso Zeca.

Trabalhador desta autarquia desde 2002, o Zeca fez o seu percurso profissional de forma empenhada e disponível como motorista de ligeiros, fiel de mercados e feiras e, desde 2009, como Assistente Operacional na área dos transportes.

A sua genuína forma de ser contagiou todos os que com ele tiveram o privilégio de trabalhar e privar. Com a sua partida, a nossa equipa ficou mais pobre e sentiremos, seguramente, a sua falta.

Mas o Zeca deixa também um vazio na nossa comunidade e sobretudo junto do associativismo onde desde muito novo dedicou grande parte do seu tempo e dedicação.

Neste momento de dor, quer o executivo municipal, quer os restantes colegas da autarquia, manifestam a sua solidariedade para com os familiares e amigos, deixando igualmente um especial agradecimento e reconhecimento por toda a colaboração e dedicação no cumprimento das suas funções ao serviço do município e da causa pública.

A Câmara Municipal, reunida a 15 de setembro de 2021, propõe:

- Guardar um minuto de silêncio em memória e homenagem a José Francisco Maduro Pinto;
- Apresentar as mais sentidas condolências à família, através do envio desta Nota de Pesar;
- Publicar esta nota nos meios de divulgação da Câmara Municipal.»

Submetida à discussão e votação, a câmara deliberou aprovar esta Nota de Pesar por unanimidade e foi cumprido um minuto de silêncio.

- Pelo falecimento do Dr. Jorge Sampaio, Presidente da República entre 1996 e 2006

«No passado dia 10 de setembro, Portugal recebe a notícia triste da morte do seu antigo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.

Jorge Fernando Branco de Sampaio, nasceu em Lisboa a 18 de setembro de 1939, cidade onde nos anos 60 lidera o movimento estudantil de combate à ditadura.

Licenciado em Direito, Jorge Sampaio, enquanto advogado, teve uma carreira abrangente e irrepreensível, de onde se destaca o papel de relevo na defesa dos presos políticos no Tribunal Plenário de Lisboa.

Em 1975 é nomeado secretário de Estado da Cooperação Externa, no IV Governo Provisório. Neste mesmo ano funda a “Intervenção Socialista”.

Em 1978, Jorge Sampaio adere ao Partido Socialista, pelo qual é eleito deputado da Assembleia da República por diversas vezes. Foi líder do grupo parlamentar e responsável pelas relações internacionais do PS e membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem no Conselho da Europa.

Em 1989 é eleito Secretário-Geral do Partido Socialista e é designado, pela Assembleia da República, como membro do Conselho de Estado. Ainda no ano 1989 é eleito presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sendo reeleito em 1993.

No seu percurso público assumiu ainda o cargo de presidente da União das Cidades Ibero-Americanas, presidente do Movimento das Eurocidades e presidente da Federação Mundial das Cidades Unidas.

Em 14 de janeiro, Jorge Sampaio é eleito Presidente da República, à primeira volta, facto que se repete a 14 de janeiro de 2001. Os seus mandatos foram marcados pelo seu cunho humanista e pela sua verticalidade ética, dando expressão ao lema “um por todos e todos por um”.

As inúmeras publicações em jornais e revistas, bem como, os livros que publicou atestam a sua constante e intensa participação político-cultural.

Na qualidade de antigo Presidente da República, Jorge Sampaio tomou posse como Conselheiro de Estado.

Jorge Sampaio, o Presidente que não tinha receio de chorar, conduziu a sua vida pessoal e política com a emoção característica dos Bons, lutando sempre por uma sociedade mais justa e solidária.

Longa é a lista de outros cargos que assumiu com mérito, honra e disponibilidade, tanto a nível nacional como internacional. Longa e merecida é, também, a lista de condecorações e distinções nacionais e estrangeiras.

Jorge Sampaio nunca abandonou os seus ideais, tendo nos últimos anos lançado uma plataforma internacional para que os refugiados sírios pudessem prosseguir e concluir os seus estudos.

Jorge Fernando Branco de Sampaio foi um socialista convicto, um presidente da República exemplar, um lutador contra o proibicionismo e a favor dos Direitos Humanos.

Portugal e os seus portugueses devem ser gratos e reconhecidos por terem tido como representante máximo, um homem, nas suas próprias palavras, inquieto, mas sobretudo justo, disponível e solidário.

Portugal perdeu um dos seus melhores e está por isso mais pobre.

A Câmara Municipal, reunida a 15 de setembro de 2021, propõe:

- Guardar um minuto de silêncio em memória e homenagem ao Dr. Jorge Sampaio;
- Apresentar as mais sentidas condolências à esposa, filhos e restante família, através do envio desta Nota de Pesar;
- Publicar esta nota nos meios de divulgação da Câmara Municipal.»

Submetida à discussão e votação, a câmara deliberou aprovar esta Nota de Pesar por unanimidade e foi cumprido um minuto de silêncio.

De seguida, no âmbito da temática da pandemia, o senhor presidente apresentou o relatório epidemiológico, atualizado à presente data, com os seguintes dados: 1807 casos de infeção, 22 casos ativos (nos últimos 14 dias), 110 casos por incidência cumulativa (nos últimos 14 dias, por 100 mil habitantes), 1761 casos recuperados e 24 óbitos.

Informou, também, que a campanha de vacinação está ainda a decorrer no Pavilhão Gimnodesportivo de Samouco, a qual conta com o total de 13.943 vacinas administradas, referentes à primeira inoculação, e 13.389 vacinas, referentes à segunda inoculação. No que diz respeito às tomas únicas, estas centram-se nas 3.041 doses. Sendo assim, os valores totais atingem as 30.373 unidades.

O senhor presidente sublinhou a diferença de 1.666 vacinas administradas, entre a passada reunião e a presente data. Face ao processo de vacinação concluído, informou, também, que o mesmo contabiliza o total de 16.430 pessoas vacinadas.

Adicionalmente, desde o início deste ciclo de vacinação, foram transportados 385 utentes, ao abrigo do protocolo estabelecido com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcochete, numa parceria designada pelo próprio de “profícua”.

Não obstante a diminuição significativa de casos, o senhor presidente voltou a alertar para um rigoroso cumprimento das medidas elementares da DGS, apesar de já terem sido vencidas “diversas batalhas”, como caracterizou, mas assumiu também que “esta guerra ainda não terminou”.

O senhor presidente terminou a sua intervenção, informando que a partir do próximo dia 18, devido a uma declarada diminuição das marcações de vacinas, o horário de funcionamento do Centro de Vacinação será reduzido, passando a funcionar de segunda-feira a sábado, das 9 horas às 16 horas.

O senhor vereador Pedro Lavrado fez uma intervenção, no sentido de esclarecer o senhor vereador Jorge Giro, quanto aos parâmetros do protocolo estabelecido entre o Município e a Associação Humana, face à sua abordagem na última reunião de câmara.

Sendo assim, informou que o Município recebeu, no início de 2018, as contrapartidas relativas aos meses de outubro, de novembro e de dezembro de 2017, conforme estipulados no mesmo protocolo. No entanto, por falha dos serviços técnicos da autarquia, a qual o senhor vereador assumiu de imediato, não houve mais recebimentos de valores. Perante a não utilização da totalidade do valor no ano civil, conforme está descrito neste protocolo, o seu remanescente transitará sucessivamente para o ano civil seguinte.

Assim, o senhor vereador terminou a intervenção, garantindo que a Associação Humana se comprometeu, por email, a cumprir com o acordado. Neste momento, encontra-se, portanto, a verificar, juntamente com os serviços técnicos do Gabinete de Saúde Pública quais as necessidades existentes, de forma a poder proceder-se às compensações previstas, no espaço temporal mais breve quanto possível.

O senhor vereador Vasco Pinto fez uma intervenção, com o objetivo de apresentar a seguinte Declaração Política, intitulada de “Dia Internacional da Democracia”:

«Hoje, 15 de setembro, celebra-se o Dia Internacional da Democracia. Celebramos algo mais do que um princípio de organização política: celebramos uma ideia de ser humano. A democracia é, de facto, um ideal: um ideal de dignidade, de igualdade e de respeito mútuo pela pessoa humana.

Há uma verdade que deve ser lembrada sempre, especialmente hoje: não há democracia sem políticos; não há democracia sem uma imprensa e sem eleitores livres.

Porque a democracia é uma promessa à humanidade, os seus valores humanísticos são também valores universais. Embora um sistema democrático possa estar



circunscrito às fronteiras de um Estado, a faísca da liberdade, a chama da igualdade, move-se por toda a parte até ao coração dos seres humanos.

A democracia não é um ato pontual, é antes um processo permanente e contínuo que requer a participação diária de todos e de cada um dos membros das comunidades política e civil.

A democracia requer a participação diária de todos os atores – Estado, sociedade civil, indivíduos – num espírito de cooperação, porque é no diálogo e na abertura das mentalidades que a democracia floresce.

Existe, portanto, um modo de ser, um ethos democrático que, para ser sólido e estável, depende de duas premissas.

A primeira é educativa, pois, em sociedades democráticas, cada geração é um novo povo. O ethos democrático pode ser aperfeiçoado.

A segunda é social. Para durar, a democracia deve estar de mãos dadas com o progresso, porque toda a democracia implica a ideia de que é possível melhorar a ordem social.

Foi precisamente com esse intuito, contribuir para a melhoria das condições de vida (ordem social) do concelho de Alcochete, que aceitei assumir um conjunto de pelouros e fazer parte da solução governativa no município.

Esta é a última reunião de câmara do presente mandato, é por isso chegado o momento para fazer um balanço do meu trabalho. E, permitam-me afirmar, bastante positivo na promoção do diálogo, da cooperação e do espírito de missão em prol dos superiores interesses deste concelho que me viu nascer e crescer.

Aproximam-se as eleições autárquicas, uma excelente oportunidade para homenagear a democracia através do exercício do direito ao voto. Direito cívico que todos, sem exceção devem exercer, em prol do desenvolvimento dos seus territórios.

Que dia 26 de setembro ninguém fique em casa, porque a liberdade do voto, é a força da democracia.

Afinal de contas, a democracia é o regime de todos e é graças à participação de todos que poderemos, juntos, permitir a sua progressão e prosperidade.

Alcochete sabe que pode contar sempre comigo.

Obrigado a todos.»

O senhor vereador Jorge Giro fez uma intervenção relacionada com a temática da Associação Humana, esclarecendo que a existência de um protocolo deverá beneficiar ambas as partes envolvidas, pelo que tinha apresentado a sua dúvida nesse sentido, na medida em que assumiu não ter compreendido quais os benefícios em causa para o Município de Alcochete.

Após a exposição do senhor vereador Pedro Lavrado, admitiu ter ficado satisfeito pela atitude da associação, ao revelar a intenção de fazer cumprir a sua parte do acordo. Neste sentido, referiu faltar apenas a informação das ações que vão ser desenvolvidas pela autarquia, a favor do ambiente e das instituições locais, como Os Canitos e a Alfaiate. Assim sendo, declarou que aguarda a entrada deste protocolo numa espécie de “rumo certo”.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares fez uma intervenção e, primeiramente, agradeceu a Nota de Pesar dirigida ao ex-funcionário José Francisco Maduro Pinto (Zeca), na qualidade de familiar direta do mesmo.

De seguida, em relação à temática do protocolo com a associação Humana, não obstante a sua importância e os seus benefícios associados, revelou ter suscitado algumas dúvidas em relação ao protocolo realizado com a associação Caritas Diocesana de Setúbal e, conseqüentemente, quanto à possibilidade de uma incompatibilidade entre ambas as situações.

Como tal, recordou que o protocolo com a Humana foi realizado em setembro de 2017, enquanto o protocolo firmado com a Caritas teve lugar em fevereiro de 2016. Ambos os protocolos têm uma importância considerável, facto inegável que a senhora vereadora fez questão de salientar.

No entanto, em relação ao ponto nº3 da Cláusula 9º do protocolo com a Caritas, o qual foi igualmente citado, a senhora vereadora reforçou a questão do seu funcionamento “em regime de exclusividade recíproca”, para ambas as partes. Face à celebração do protocolo com a associação Humana, a senhora vereadora questionou a legalidade do mesmo, na medida em que o seu objeto é idêntico ao objeto do outro protocolo.

Para além desta questão, a senhora vereadora salientou igualmente, na qualidade de munícipe, que não existe um conhecimento dos benefícios específicos para cada entidade apoiada, nomeadamente para o Canil de Alcochete ou a Paróquia de Alcochete, aquando da colocação de têxteis nos contentores de cada associação, reiterando a conclusão de uma incompatibilidade.

Face ao exposto, questionou diretamente o senhor vereador Jorge Giro se a incompatibilidade foi solucionada na altura ou se essa situação foi considerada em pleno, pois o protocolo de 2017 foi assinado pelo próprio. A senhora vereadora revelou, por fim, que iria solicitar um parecer jurídico no âmbito desta matéria.

O senhor vereador Jorge Giro fez uma intervenção, alegando existir “uma confusão” na situação apresentada pela senhora vereadora, na medida em que ambos os protocolos têm como objetivo fundamental a promoção da reciclagem, mediante as triagens e as fases estabelecidas em cada um.

Neste sentido, garantiu que o protocolo com a Humana contempla uma cláusula com o dever de transmitir à autarquia o peso total de têxteis que foram colocados nos contentores, permitindo o levantamento de dados inerentes à reciclagem.

O senhor vereador afirmou, ainda, que ambos os apoios são bastante distintos, na medida em que a Caritas recebe ainda uma percentagem financeira, destinada ao apoio que garante aos seus associados.

Visto que o senhor vereador não tinha na sua posse o documento do protocolo em causa, recorreu à minuta do mesmo, com algumas retificações manuscritas, e reiterou que este abrange um regime de não exclusividade recíproca para ambas as partes envolvidas. Por fim, voltou a assumir que são protocolos bastante diferentes, com contrapartidas distintas, com uma prioridade no usufruto dos seus benefícios.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares fez uma intervenção, revelando não estar em desacordo com a exposição apresentada pelo senhor vereador Jorge Giro, nem estar a minimizar a importância de ambos os protocolos.

Reforçou, de seguida, que o que está em debate é o objeto de cada protocolo, não os seus objetivos. Nesse sentido, alegou que o protocolo da Caritas afirma um regime de exclusividade, estando o mesmo assinado. Desta forma, será, provavelmente, a sua versão final.

A senhora vereadora concluiu o assunto e remeteu, novamente, para o Setor Jurídico a resolução e o esclarecimento da situação, salvaguardando a posição da autarquia e colocando a hipótese de uma possível reclamação da Caritas face aos elementos constatados no presente debate.

O senhor presidente fez uma intervenção, com o intuito de estabelecer o ponto da situação em discussão, declarando que todos ficaram elucidados perante a génese da questão e que caberá, simultaneamente, ao Setor Jurídico proceder ao desenvolvimento daquela.

A temática foi terminada pelo senhor vereador Jorge Giro, o qual solicitou a inclusão do envio do parecer jurídico para todos os vereadores, via email.

O senhor presidente informou que, por solicitação do senhor vereador Vasco Pinto, foi retirado da Ordem do Dia o ponto 4.6., referente à isenção de taxas no Bote Leão, por ocasião de uma atividade que foi cancelada.

O senhor presidente questionou, igualmente, se poderia ser incluída na Ordem do Dia a proposta intitulada “Projeto “MicroNinho Jovem Empreende – Incubadora e Oficina Social”, a qual foi justificada pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares, em traços mais gerais. De seguida, foi autorizada a sua inclusão, através de uma votação unânime, estabelecendo-se uma reorganização na numeração da Ordem do Dia.

## **ORDEM DO DIA**

### **1. Resumo diário da tesouraria**

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de € 4.962.040,43 (quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil, quarenta euros e quarenta e três cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

### **2. Pagamentos autorizados entre reuniões**

O senhor presidente informou que entre os dias 01/09/2021 e 14/09/2021 autorizou o pagamento da despesa, no montante de €898.348,45 (oitocentos e noventa e oito mil, trezentos e quarenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 3032 ao n.º 3183.

A Câmara tomou conhecimento.

### **3. Aprovação de atas**

#### **Ata da reunião ordinária realizada no dia 09 de junho de 2021**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

#### **Ata da reunião ordinária realizada no dia 22 de junho de 2021**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

### **4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:**

#### **4.1 Procedimento de Concurso Público para a “Aquisição de bens alimentares para os refeitórios escolares durante o ano de 2022” – Proc.º n.º 946/21/CP:**

- **Início do procedimento (Autorização de Despesa /Decisão de Contratar)**
- **Escolha do procedimento e aprovação das peças (Programa de Concurso e Caderno de Encargos/Projeto de Execução)**
- **Designação do júri**
- **Nomeação do gestor de contrato**
- **Aprovação do anúncio do procedimento**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

- «1. Contratar a aquisição de bens alimentares para os refeitórios escolares, autorizando a inerente despesa no valor estimado de €274.635,68 (duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco euros, sessenta e oito

cêntimos), acrescido do IVA, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 36.º do CCP; estes encargos têm cabimento no orçamento do ano 2022, nas classificações Orgânica 04 e Económica 020106 – Alimentação-géneros para confeccionar, condicionado à aprovação por parte da Assembleia Municipal do respetivo compromisso plurianual.

2. Adotar para o efeito o procedimento de concurso público ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º e do artigo 38.º, ambos do CCP, considerando o valor do contrato a celebrar, e aprovar as peças do procedimento de acordo com o n.º 2, do artigo 40.º do CCP, conjugado com a alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Programa de Concurso e Caderno de Encargos.
3. Aprovar a constituição do júri, de acordo com o que dispõe o n.º 1, do artigo 67.º do CCP, designadamente constituído por:
  - Presidente: Patricia Caetano, Dr.ª;
  - 1.ª Vogal: Lúcia Prates, Dr.ª;
  - 2.ª Vogal: Sónia Vieira, Dr.ª;
  - Vogal Suplente: Maria Dulce Boieiro, Dr.ª;
  - Vogal Suplente: Luís Cardoso.

Delegar no júri a competência para formular pedidos de esclarecimentos sobre o preço anormalmente baixo de propostas, ao abrigo do disposto nos artigos 69.º/2, 71.º/3 e 109.º/1 do CCP.

4. Nomear como gestor do contrato, nos termos definidos no artigo 290.º-A do CCP, a técnica superior, Lúcia Prates, a exercer funções na Divisão de Intervenção Social, propondo-se que no mesmo sejam delegados, nos termos do n.º 4 do referido artigo e Diploma Legal, poderes para adoção das medidas corretivas, constantes em relatório fundamentado, em caso de deteção de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do referido contrato, com exceção de poderes de modificação, resolução ou revogação do mesmo.

Assim proponho, submeter á aprovação do órgão executivo:

1. Início do procedimento (Autorização da Despesa / Decisão de Contratar;
2. Escolha do procedimento e aprovação das peças (Programa de Concurso e Caderno de Encargos – Projeto de Execução);
3. Designação do júri;
4. Nomeação do gestor do contrato;
5. Aprovação do anúncio do procedimento;
6. Sendo aprovado o proposto, o lançamento do procedimento fica condicionado à aprovação por parte da Assembleia Municipal do respetivo compromisso plurianual, nos termos da legislação aplicável.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

#### **4.2 Procedimento de Concurso Público para a “Aquisição de bens alimentares para os refeitórios escolares durante o ano de 2022” – Encargos plurianuais - Correção**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. Em reunião de Câmara, de 1 de setembro último, foi deliberado submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Prévía Autorização de Compromissos Plurianuais para o Ano Económico de 2022 referente à “Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Escolares, durante o Ano de 2022”, no valor de €250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) acrescido do IVA (Proposta DAGR n.º 58/2021).



2. O valor correto apurado para o procedimento é de €274.635,68 (duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos) acrescido do IVA. A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

Assim propõe-se:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e do artigo 24.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para o Ano Económico de 2022 referente à “Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Escolares, durante o Ano de 2022”, no valor de €274.635,68 (duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos) acrescido do IVA.

A despesa está prevista nas classificações Orgânica 04 – Divisão de Intervenção Social Classificação e Económica 020106 – Alimentação-Géneros para confeccionar.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

### **4.3 Atribuição de Ação Social Escolar**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do estabelecido pela alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º e pelo ponto 1, do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a atribuição de auxílios económicos no âmbito da alimentação, material escolar e visitas de estudo.

De acordo com o estabelecido pela legislação em vigor e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar no escalão A a 5 alunos do ensino pré-escolar e a 10 alunos do 1.º ciclo do ensino básico. No escalão B a 4 alunos do ensino pré-escolar e a 17 alunos do 1.º ciclo do ensino básico, cujos processos encontram-se disponíveis para consulta no Setor de Educação.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente a atribuição de Ação Social Escolar para o ano letivo 2021/2022, com efeitos a 15 de setembro de 2021.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

#### **4.4 Atribuição de apoio na comparticipação de medicamentos no âmbito do PCMIC**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Programa de Comparticipação de Medicamentos aos Idosos Carenciados, tem como principal objetivo despromover as desigualdades sociais, contribuir para a melhoria da qualidade de vida e saúde, promover a longevidade dos grupos etários mais vulneráveis, proporcionando a possibilidade de aquisição deste bem de primeira necessidade, a medicação.

Este apoio é atribuído aos idosos, através de candidatura, no período correspondente, com os critérios definidos pelas normas regulamentares.

Embora tenha terminado o período de candidaturas e existindo cabimento orçamental neste Programa, o Setor de Desenvolvimento Social e Saúde rececionou dois municípios com situação socioeconómica que se enquadra dentro do Regulamento, cujos processos n.º 71 e 72 podem ser consultados no setor.

Face ao exposto propomos a atribuição do respetivo apoio no âmbito do PCMIC, até ao final do corrente ano.»

Submetida à discussão, não se registaram intervenções.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 5 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 2 abstenções da CDU.

O senhor vereador Jorge Giro apresentou a seguinte declaração de voto, em nome da CDU:

«Os vereadores da CDU abstêm-se neste ponto, em coerência com as decisões anteriores sobre esta matéria.»

#### **4.5 Projeto “MicroNinho Jovem Empreende – Incubadora e Oficina Social” – Parceria com o município de Alcochete**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O “MicroNinho Jovem Empreende – Incubadora e Oficina Social” tem como objetivo o apoio à criação de micronegócios sociais, dinamizado num espaço oficial para jovens empreendedores em situação de vulnerabilidade e/ou exclusão social proporcionando um conhecimento prático com vista à empregabilidade.

A operação será desenvolvida nos bairros vulneráveis da freguesia de Alcochete, principalmente, no bairro da Coophabitual, integrando o território de intervenção, conforme o ponto 7 do Aviso de Apresentação de Candidaturas n.º LISBOA-40-FSE-2020-32, com a duração de 24 meses, que se junta e se dá por integralmente reproduzido.

O projeto contribuirá para o desenvolvimento social do território de intervenção através da aposta na capacitação para o empreendedorismo, conducentes à criação de emprego por conta própria dos jovens em situação de vulnerabilidade social (jovens desempregados e/ou NEET), permitindo a criação de igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de forma inclusiva.

Este projeto terá o envolvimento de parceiros locais que assumem o compromisso de parceria, nomeadamente, o Município de Alcochete, Centro Comunitário Cais do Sal da CERCIMA, Agrupamento de Escolas de Alcochete, Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra e CPCJ de Alcochete, os quais terão como objetivo a criação de sinergias para a implementação do projeto, assumindo cada uma das partes as responsabilidades respetivas.

Serão responsabilidades do Município de Alcochete, na qualidade de entidade parceira, a divulgação do projeto, no sentido de ser visto como um recurso à comunidade, sinalização e encaminhamento de destinatários diretos e indiretos, verificação, acompanhamento e monitorização das problemáticas identificadas, disponibilização de recursos humanos e materiais e participação nos eventos de maior projeção enquanto entidade parceira.

Por outro lado, serão responsabilidades da ADA – Associação para o Desenvolvimento de Alcochete, na qualidade de entidade promotora, a divulgação da iniciativa, no sentido de ser visto como um recurso à comunidade, a gestão técnica, administrativa e financeira, logística, formativa e dos recursos humanos, possuir infraestruturas para a sede do projeto, dinamizar a rede de voluntariado, sinalizar jovens/familiares para o projeto, verificar, acompanhar e monitorizar as

problemáticas identificadas, participar nos eventos, tanto nos mais relevantes como nos que inclui no seu plano de atividades, entre outras.

Neste contexto, considera-se que o projeto em questão se enquadra na estratégia de desenvolvimento local, concorrendo positivamente para o objetivo específico “Promover o Empreendedorismo Social e a Inclusão Ativa”, uma vez que assenta na promoção da inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis, fomentando a integração de jovens desempregados, através da melhoria das suas competências e dos seus comportamentos de risco.

Como resultado espera-se a inserção das pessoas abrangidas no mercado de trabalho, fomentando desta forma o aumento do respetivo rendimento e a criação de emprego. A operação enquadra-se no disposto nos pontos 1 e 2 do Aviso n.º LISBOA-40-FSE-2020-32, uma vez que a tipologia e as ações do projeto visam “a promoção e a difusão de experiências de inovação social e de empreendedorismo social e de capacitação de empreendedores conduzidas por organizações de base local e de redes sociais locais e sub-regionais”, assim como, um importante contributo para a redução efetiva da pobreza, da exclusão social e do desemprego num território urbano problemático.

O Projeto "MicroNinho Jovem Empreende - Incubadora e Oficina Social", terá o financiamento elegível de 99.979,60 euros pela candidatura, cabendo ao Município de Alcochete participar com um financiamento de 30.600,00 euros pela Câmara Municipal de Alcochete, dividido em duas tranches de 15.300,00, (uma a pagar em 2022 e outra em 2023), perfazendo um valor total para o projeto de 130.579,60 euros.

Paralelamente, os municípios possuem atribuições de educação, ensino e formação profissional, bem como, de ação social e de promoção do desenvolvimento (artigo 23.º, n.º 2, alíneas d), h) e m), do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.

Paralelamente, é competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o

município, conforme estipulado na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal.

Atentos os fundamentos de facto e de direito anteriormente explanados, propõe-se que o órgão colegial executivo do Município delibere favoravelmente aprovar a presente parceria do Município com a ADA – Associação para o Desenvolvimento de Alcochete, no projeto "MicroNinho Jovem Empreende - Incubadora e Oficina Social" projeto esse já aprovado pelo Fundo Social Europeu, o qual inclui as responsabilidades para ambas as partes já descritas anteriormente, bem como a comparticipação pecuniária do Município de Alcochete, enquanto parceiro, no valor de €30.600,00 (trinta mil e seiscientos euros), pagos em duas tranches, sendo €15.300,00 pagos em 2022 e e15.300,00 em 2023.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

#### **4.6 Auto de receção provisória das obras de urbanização e redução da caução no âmbito do processo de obras de loteamento N.º LU.172018 – Alvará N.º 1/2019**

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. A requerente - Ecoarea - Estudos, Construção e Obras, S.A. – Proc.º LU.1/2018, na qualidade de proprietária solicita, através do requerimento n.º LU/2020/7- SPO, a receção provisória das obras de urbanização tituladas pelo alvará 1/2019;

2. Conforme o auto de vistoria realizado em 18/08/2021, as obras de urbanização encontram-se em condições de serem rececionadas provisoriamente;
3. Deverá ser mantido um valor caucionado correspondente a 10% do valor da caução, apresentada através da hipoteca de lotes, propriedade do requerente, o qual só poderá ser libertado com a receção definitiva das obras de urbanização;

Propõe-se que:

1. Seja homologado o auto da receção provisória acima referido;
2. O valor de €103.819,56 (cento e três mil, oitocentos e dezanove euros e cinquenta e seis cêntimos), atualmente caucionado, seja reduzido em €53.996,56 (cinquenta e três mil, novecentos e noventa e seis euros e cinquenta e seis cêntimos), mantendo caucionado o valor de €49.823,00 (quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e três euros), destinado a garantir a conclusão e a boa execução das obras de urbanização relativas aos arruamentos e sinalização, às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, arranjos exteriores, gás, telecomunicações e eletricidade, que a mesma poderá ser libertada com a receção definitiva das obras de urbanização;
3. Em conformidade com o exposto, sendo a caução prestada sob a forma de hipoteca sobre bens imoveis propriedade do requerente, deve manter-se a hipoteca sobre os lotes 101 e 116, o que perfaz um valor de €71.986,94 e que seja libertado a hipoteca sobre o lote 110.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

## **5. Apoios financeiros**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta de atribuição de apoio financeiro:

- Apoio à atividade pontual no âmbito do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo – Grupo Desportivo Alcochetense

«O Grupo Desportivo Alcochetense iniciou-se com um grupo de rapazes que gostavam de jogar à bola, numa época em que os outros clubes de futebol do Concelho estavam inativos. Como a maioria dos jogadores eram sportinguistas, o Clube adotou o equipamento verde e branco com riscas horizontais.

Inaugurado em 1993, o atual Estádio António Almeida Correia “Foni” tem capacidade para 5.000 pessoas e substituiu o antigo campo de jogos que serviu o clube mais de 50 anos. O Clube tem ainda dois campos de relva sintética, com uma bancada para 300 pessoas, dois courts de ténis e uma pista de atletismo de velocidade.

Pelo Alcochetense passaram grandes jogadores do futebol nacional e no seu historial tem a conquista de 4 títulos de campeão distrital em futebol de onze seniores nas épocas de 72/73, 97/98, 2004/5 e 2008/9, a disputa do campeonato nacional de 2.<sup>a</sup> Divisão e 2 títulos de campeão da 3.<sup>a</sup> Divisão Série E.

Esta associação vai organizar o Torneio “Chico” Catalão entre os dias 17 e 19 de setembro de 2021.

Depois de verificada uma despesa aproximada de €580,00 (quinhentos e oitenta euros), nesta atividade pontual, propõe-se que a Câmara Municipal delibere



conceder um apoio financeiro de 100% do valor despendido pela associação no âmbito do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo.

Reconhecendo o superior interesse municipal desta iniciativa e tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €580,00 (quinhentos e oitenta euros), ao Grupo Desportivo Alcochetense.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Não votaram os senhores vereadores Pedro Lavrado e Jorge Giro ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

## **6. Informações**

Não foram apresentadas informações.

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**

Não se registaram intervenções.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Visto que esta foi a última reunião do presente mandato, o senhor presidente solicitou que todos os senhores vereadores fizessem uma última intervenção, no sentido de se fazer ouvir a opinião de cada um e estabelecer, em simultâneo, um balanço dos últimos quatro anos.

O senhor vereador Pedro Louro foi o primeiro orador. Revelou que esta experiência tem sido profundamente enriquecedora, para além de recordar o quanto foi bem recebido por todos, inclusive pelo antigo vereador da CDU, o senhor vereador José Luís Alfélua. Independentemente da sua ideologia política, assegurou que o diálogo mantido teve sempre o sentido máximo de fazer primeiro por Alcochete.

Salientou, ainda, a existência contínua do respeito, da responsabilidade e da firmeza nas opiniões de cada um, assim como uma benéfica frontalidade, agradecendo, por fim, toda a paciência de todos em discussões mais complicadas e, acima de tudo, a garantia do respeito mútuo.

O senhor vereador Estevão Boieiro apelou, primeiramente, à participação dos eleitores no ato eleitoral.

De seguida, afirmou que todo o ambiente nas reuniões de câmara melhorou a partir do momento em que estas passaram a ser filmadas, quer em termos de qualidade, quer em termos de respeito mútuo, fazendo cumprir a verdadeira democracia. Para concluir, afirmou que espera que, no próximo mandato, quem quer que aqui esteja, eleve mais a fasquia e, acima de tudo, o sentido de respeito.

O senhor vereador Vasco Pinto assegurou que foi um privilégio vivenciar a oportunidade de concluir um segundo mandato consecutivo na Câmara, a qual caracterizou de uma importante fase de aprendizagem e, consequentemente, de crescimento.

Louvou, de seguida, a urbanidade existente em todas as discussões, apesar de alguns momentos mais exacerbados, sem deixar de existir uma defesa franca, com respeito pelas posições de cada um.

De seguida, estendeu um voto de agradecimento à população de Alcochete, na medida em que acredita ter correspondido ao voto de confiança daquela, trabalhando diariamente para o concelho, para além de agradecer o convite endereçado pelo

senhor presidente em 2017, revelando confiança no cumprimento das suas funções, com o devido respeito hierárquico sempre em foco.

O apelo ao voto, no próximo dia 26 de setembro, foi igualmente contemplado pelo senhor vereador, no final da sua intervenção, na medida em que considera fundamental o dever cívico de cada cidadão, em particular junto das camadas mais jovens. Neste âmbito, desejou saúde e felicidade para todos os participantes da reunião, um voto extensível aos funcionários da autarquia e a todos os munícipes.

O senhor vereador Jorge Giro fez uma intervenção, recordando os mandatos anteriores e a sua posição de vereador, com vários pelouros, desde 2009 até 2017. No atual mandato, não iniciou o trabalho na sua fase inicial, mas assegurou que tem sido fácil pois a primazia encontra-se em fazer tudo por Alcochete e pelo amor à terra.

Desta forma, salientou que tem sido um trabalho executado com muito prazer, principalmente para quem é originário de Alcochete, mas cujo sentimento torna-se extensível a quem escolhe também esta terra como sua.

Afirmou, ainda, que este mandato não foi um mandato fácil para todos, face aos orçamentos apresentados, aos quais a CDU nunca se opôs. Conforme indicou, esta situação revela que as pessoas estão primeiro do que a política, o que é fundamental.

Por fim, revelou esperança num ato eleitoral tranquilo e justo, com muita dignidade e respeito, para além de apresentar um agradecimento especial a todos os funcionários da autarquia.

O senhor vereador Pedro Lavrado iniciou a sua intervenção, com o foco na máxima do sonho do homem constituir-se como uma fonte de mudança e de progresso no mundo.

Revelou que, curiosamente, não fazia parte dos seus desejos tornar-se vereador um dia, pelo que passou por um processo mais demorado de convencimento para a posição. Porém, tem-se revelado uma honra imensa servir a causa pública e um enorme privilégio trabalhar para Alcochete e, principalmente, para as suas gentes.

De facto, assumiu que tem sido um mandato difícil, com um trabalho árduo envolvido, em vários aspetos, para além da situação pandémica existente, a qual modificou completamente prioridades e projetos. Porém, essa adaptação fez com que o trabalho realizado pelo presente executivo saísse mais fortalecido, assim como a melhoria em Alcochete.

O senhor vereador prestou um agradecimento especial a todos os funcionários da autarquia, primeiramente àqueles com quem trabalhou de forma mais direta, pelos ensinamentos e pelo auxílio em causa, mas também por toda a sua dedicação, empenho e profissionalismo. Garantiu que estes quatro anos têm sido duros, com muito trabalho envolvido para todos.

O agradecimento foi, igualmente, estendido a todos os outros vereadores, apesar das diferenças políticas existentes, salvaguardando o objetivo do bem comum, que é o de servir bem Alcochete, incluindo o vereador José Luís Alfélua, que renunciou ao mandato numa fase inicial.

Para concluir, o senhor vereador Pedro Lavrado dirigiu uma palavra ao senhor presidente Fernando Pinto e à senhora vereadora Maria de Fátima Soares, salientando que não se dirigia aos seus cargos políticos. Assim, salientou a amizade que une os três, uma amizade que é anterior à realidade política. Revelou, também, possuir um imenso orgulho no resultado pelo trabalho executado, o qual ficará certamente marcado na história de Alcochete, assim como uma enorme honra em trabalhar ao lado destas duas pessoas.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares revelou que os últimos quatro anos têm sido realmente muito rápidos a passar, nos quais amadureceu pessoal e profissionalmente, tendo atingido uma visão diferente do mundo.

Garantiu, de seguida, que apesar de não ser profissional da área, recordando a sua breve passagem na Assembleia Municipal, por ser igualmente uma área que nunca lhe tinha suscitado um declarado interesse, foi deveras um desafio abraçado de modo intenso e integral, recordando a experiência no ensino, apenas colocada de parte por sentir que faria uma diferença com esta equipa excecional, na qual detém um sentimento de orgulho profundo.

Revelou, ainda, que o processo de aprendizagem não está ainda terminado, apesar de tudo aquilo que foi vivenciado nos últimos quatro anos, e que a maior aprendizagem se centra nas relações humanas, agradecendo, em simultâneo, a todos pelo respeito revelado, na primazia de honrar a terra. Estendeu, de seguida, um agradecimento especial à minha pessoa, Idália Bernardo, como colaboradora na maioria das reuniões.

O senhor presidente fez uma intervenção, revelando primeiramente um profundo agradecimento ao senhor vereador José Luís Alfélua, não obstante a participação seguinte do senhor vereador Jorge Giro.

De seguida, estendeu o agradecimento à minha pessoa, e ao conjunto do setor por mim representado, assim como a toda a minha equipa, pelo trabalho realizado face a todos os condicionalismos dos tempos que estamos ainda a viver, reconhecendo uma aprendizagem em todo o processo, com o objetivo fundamental de servir bem Alcochete.

O senhor presidente mencionou, adicionalmente, o excelente trabalho realizado pelos seguintes funcionários: Pedro Marques, Ricardo Tavares, Carlos Catalão e Ana Baião, para além do apoio incondicional prestado pelo Gabinete de Comunicação e Imagem, pela transmissão online das reuniões, mas também pelo trabalho desempenhado pela equipa do Fórum Cultural e pela equipa da Biblioteca, no apoio de todas as sessões.

O agradecimento foi, depois, estendido a todos os funcionários da autarquia, das distintas unidades orgânicas, permitindo inegavelmente o sucesso do trabalho realizado pelo presente executivo.

Os senhores vereadores presentes também foram presenteados com um agradecimento, com o foco primordial no bem servir do concelho de Alcochete, apesar das diferenças ideológicas em causa, as quais conduziram ao mesmo fim, apesar de todas as dificuldades sentidas e dos obstáculos transpostos.

O senhor presidente recordou, ainda, momentos em que imperou alguma mentira, alguma falácia e algumas insinuações mais simples, não por iniciativa dos senhores vereadores, mas no decorrer do mandato, as quais subsistem ainda na sociedade e deram origem a alguns processos na justiça, na qual confia seriamente.

Não obstante os caminhos divergentes, o senhor presidente revelou não compreender a existência de conflitos políticos junto dos funcionários da autarquia, revelando pena pelas dúvidas existentes na democracia atual.

Para finalizar esta temática, assumiu que o trabalho desempenhado foi aprovado por unanimidade, na sua larga maioria, o que revela a concordância de todos no mesmo objetivo, embora com percursos e caminhos diferentes, valorizando a seriedade e a validade das propostas apresentadas. Desta forma, assumiu que foi um trabalho que valeu totalmente o esforço.

Por fim, o senhor presidente apelou ao dever cívico do voto, em total segurança, uma forma de modificar o que está errado, o qual não deverá ser rejeitado, em nome da primazia da democracia e revelando, igualmente o desejo de que o nível de abstenção de Alcochete seja realmente baixo.

A preservação da saúde e a proteção individual deverá estar acima de tudo, pois a guerra contra o COVID ainda não terminou, conforme alertou e terminou a intervenção o senhor presidente.

## **ENCERRAMENTO**

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:15 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.